



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**RELUCI – CONTAS DO ORDENADOR DE DESPESAS DO
INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL**

(ITEM 3.2.2, ANEXO III DA IN TCEES 68/2020)

EXERCÍCIO DE 2021



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorcas do Rio Preto/ES (PREVIDRP)

José Carlos Nunes de Melo

A partir de 05/01/2021

Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorcas do Rio Preto/ES (PREVIDRP)

Jorge Luiz Nacari

Diretor de Previdência do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorcas do Rio Preto/ES (PREVIDRP)

Christiane Rios Pimentel

Controlador Geral Interno

Carlos Alberto da Silva Júnior

05/05/2021 à 17/12/2021

Roberta Querubim Medeiros Martins

16/04/2021 à 04/05/2021

Marcos Antônio de Souza

01/04/2021 à 15/04/2021

Luciane Teresinha Pirovani Palácios

06/01/2021 à 30/03/2021

Coordenador da Unidade Central de Controle Interno

Ivana Cecília Lacerda Loreti

A partir de 01/06/2021

Eduarda Simonetti Páse

19/01/2021 à 30/05/2021

Auditores Públicos Municipais

Luciane Teresinha Pirovani Palácios

A partir de 01/07/2021

Yago Cindra Rodrigues

06/10/2021 à 17/12/2021

Roberta Querubim Medeiros Martins

06/01/2021 à 15/04/2021

05/05/2021 à 04/07/2021



SUMÁRIO

1. Relatório.....	4
1.1. Introdução.....	4
1.2. Pontos de Controle verificados.....	4
1.3. Constatações e Proposições dos Pontos de Controle.....	11
1.4. Análise das Demonstrações Contábeis.....	16
1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro	16
1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário	17
1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário.....	17
1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário.	17
1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária	17
1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária	18
1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	18
1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.....	18
1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial.....	19
1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores.....	19
1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada.....	19
2. Constatações documentação da PCA	20
3. Parecer do Controle Interno	20



**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ORDENADOR – GESTÃO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Dorcas do Rio Preto

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorcas do Rio Preto/ES (PREVIDRP)

Gestor Responsável: José Carlos Nunes de Melo

Exercício: 2021

1. RELATÓRIO

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa Unidade Central de Controle Interno realizou no exercício de 2021 procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir são apresentados os pontos de controle selecionados para verificação, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, além das análises de demonstrações contábeis, seguido pelas constatações quanto aos arquivos da PCA enviados a esta unidade, emitindo, ao final, parecer conclusivo da Unidade Central de Controle Interno.

1.2. PONTOS DE CONTROLE VERIFICADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle ⁸	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Relatório de Liquidação das Contribuições Previdenciárias parte patronal, referente ao exercício de 2021, do INSS, emitidos no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	R\$5.373,16 (total das Contribuições Patronais, relativo ao RGPS)	100%
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias parte patronal	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte Patronal, do INSS, emitido no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	R\$5.373,16 (total das Contribuições Patronais, relativo ao RGPS)	100%
1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar se houve o registro por competência das despesas Patrimoniais Diminutivas	-	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

	pagamento	parte Patronal, do INSS, emitido no sistema contábil.	Lei 8.212/1991 Regime de Competência	(VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias		
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	Relatório Listagem Liquidação/Desconto x Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte servidor, do INSS emitido no sistema contábil	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$1.983,54 (total das Contribuições Previdenciárias Retida da Servidora e paga ao INSS)	100%
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0707/2022; Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias confrontado com o Relatório de Liquidação das contribuições previdenciárias, da UG Prefeitura e UG Fundo Municipal de Saúde.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de Competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Não existem débitos previdenciários da UG Prefeitura, UG Fundo Municipal de Saúde e da Câmara Municipal, conforme informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e constatado no sistema contábil das UGs.	100%
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0707/2022; Comparativo realizado através do Sistema contábil da UG Prefeitura e UG Fundo Municipal de Saúde, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado.	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0707/2022 Comparativo realizado através do Sistema contábil da UG Prefeitura e UG Fundo Municipal de Saúde, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado.	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

1.2.9	Despesa Administrativa	Arquivo DEMDAD Art. 1º, da Lei 930/2021	Lei 9717/98, art. 6, VIII; Portaria 403/2008, art. 15. Lei Local.	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.	R\$109.962,11	100%
1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no e-mail controladoria@pmdrp.es.gov.br em 24/02/2022 e arquivo TVDISP enviado no processo nº 0707/2022	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	R\$18.744.572,63	100%
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e Atuarial	Lei 924/2020 Balanço Orçamentário	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou mantiver RPPS.	Lei 924/2020 Balanço Orçamentário	100%
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	Balanço Orçamentário	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do Regime Próprio de Previdência.	(R\$ 1.018.363,04) Valor apurado em análise do Balanço Orçamentário	100%
1.2.16	Escrituração Contábil	Demonstrativos Contábeis	Normas Brasileiras de Contabilidade e MCASP	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizadas de acordo as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	Demonstrativos Contábeis	100%
1.2.17	Conciliação de contas	Declaração de Quitação - DELQUIT Balanço Patrimonial	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro em "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", do Balanço Patrimonial.	Balanço Patrimonial DELQUIT-Declaração de Quitação	100%
1.2.18	Conciliação de contas	Declaração de Quitação-DELQUIT DEMREC	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC).	DELQUIT-Declaração de Quitação DEMREC	100%
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis -registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial, Tabelas 10 e 12 do sistema patrimonial e inventário.	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem	R\$152.975,38 (de acordo com a CONTA Imobilizado do Balanço Patrimonial)	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

				como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.		
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – PREVIDRP, feita através de entrevista, verificação in loco e documentação enviada através do processo nº 1473/2022.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – PREVIDRP, feita através de entrevista, verificação in loco e documentação enviada através do processo nº 1473/2022.	100%
1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no e-mail controladoria@pmdrp.es.gov.br em 24/02/2022 e arquivo TVDISP enviado no processo nº 0707/2022	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$18.744.572,63	100%
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no e-mail controladoria@pmdrp.es.gov.br em 24/02/2022 e arquivo TVDISP enviado no processo nº 0707/2022 Balanço Financeiro	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$18.744.572,63	100%
1.5.1	Documentos integrantes da PCA-Compatibilidade com o normativo do TCE	Arquivos enviados através do processo nº 1420/2022	IN 68/2020-Regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN Regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos enviados através do processo nº 1420/2022	100%
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Lei 896/2020	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor, e 20% Alíquota Patronal)	100%
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal)	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição	Os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal.	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

				estabelecidas conforme a legislação.	O acompanhamento foi realizado mensalmente por esta UCCI.	
2.5.7	Servidores cedidos	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2020 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022.	100%
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0727/2022.	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0727/2022.	100%
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0727/2022.	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0727/2022.	100%
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022	100%
2.5.11	Compensação Previdenciária	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022	Lei 9796/1999, art. 4º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 23, III.	Verificar se a Unidade Gestora do RPPS adota rotina de envio dos processos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a fim de gerar o direito a receber a receita de compensação previdenciária.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022	100%
2.5.14	Transparência	Verificação no site institucional do município	Lei 10887/2004, art. 9º, III. ON MPS SPS 02/2009, art. 15, III. ON MPS-SPS 02/2009, art. 21, parágrafo único.	Verificar se a unidade gestora do RPPS disponibiliza ao público, inclusive por meio eletrônico, informações atualizadas e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Verificação no site institucional do município	100%
2.5.16	Obrigações do MPS	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do	Portaria MPS 204/2008, art. 5, XVI.	Verificar o cumprimento das obrigações exigidas pelo MPS com o envio do DRAA, DAIR, DIPR e	DAIR – Demonstrativo de Aplicação e Investimento dos Recursos, DPIN –	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

		processo nº 0707/2022		DPIN e demais informações necessárias para emissão do CRP.	Demonstrativo da Política de Investimentos, DIPR – Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses e DRAA – Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos.	
2.5.19	Cálculo atuarial – data base	Estudo Atuarial	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, normas brasileiras de contabilidade e regime de competência	Verificar se o RPPS realiza cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício.	Data Base do Cálculo Atuarial é 31/12/2021.	100%
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por lei	Lei 924/2020	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 18, §1º.	Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.	Lei 924/2020	100%
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Lei 924/2020 Balancete Analítico da Receita Orçamentária – Anual/2021 - PREVIDRP Balancete Analítico da Despesa Orçamentária – Anual 2021 - PMDRP	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	R\$524.575,36	100%
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	Lei Federal 10.887/2004, em seu art. 9º, inciso II. Portaria MPS 403/2008, arts. 12 a 14.	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	100%
2.5.26	Censo Atuarial	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022 e pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022 e pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	100%
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito,	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

		0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022.	Dezembro de 2008, art. 5º.	mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	através do processo nº 0706/2022.	
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022.	100%
2.5.31	Comitê de investimentos – instituição	Decreto nº 3628/2020 Resolução nº 006/2021	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alíneas “b” e “c”.	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Decreto nº 3628/2020 Resolução nº 006/2021	100%
2.5.32	Comitê de Reuniões	Atas das reuniões solicitadas através processo 0707/2022	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas “b” e “c”.	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	Atas das reuniões solicitadas através processo 0707/2022	-
2.5.33	Comitê de Certificados dos membros	Certificados constantes no processo nº 0707/2022.	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alínea “e”.	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	Certificados constantes no processo nº 0707/2022.	100%
2.5.34	Política de Investimento	Política de Investimento publicada no site institucional do município https://www.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Politica_de_Investimentos_2021?cdLocal=2&arquivo={2A1EA15C-6BD6-3D2E-24D7-CA4BDAC2DCBB}.pdf	Lei 9.717/98, art. 1º, § único e 6º, IV e VI; Resolução CMN 3992/2010, art. 4º.	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	Política de Investimento publicada no site institucional do município https://www.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Politica_de_Investimentos_2021?cdLocal=2&arquivo={2A1EA15C-6BD6-3D2E-24D7-CA4BDAC2DCBB}.pdf	100%
2.5.35	Aplicação dos Recursos	Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no e-mail controladoria@pmdrp.es.gov.br, em 24/02/2022, e arquivo TVDISP enviado no processo nº 0707/2022	CF/88, artigo 164, § 3º. LC 101, art. 43.	Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições oficiais.	R\$18.744.572,63	100%
2.5.38	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma	Processo nº 0707/2022, enviado pelo PREVIDRP	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º	Verificar se de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares	Processo nº 0707/2022 enviado pelo PREVIDRP	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

				concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.		
2.5.39	Registro de Pensões	Processo nº 0707/2022 enviado pelo PREVIDRP	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Processo nº 0707/2022 enviado pelo PREVIDRP	100%
2.5.45	Despesa Administrativa – fixação em lei	Art. 1º, da Lei 930/2021. Arquivo DEMDAD	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Local.	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Art. 1º, da Lei 930/2021. ARQUIVO DEMDAD	100%

1.3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DOS PONTOS DE CONTROLE

Código	Achados/Constatações	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Conforme verificado no relatório de liquidação, emitido no sistema contábil, o princípio da competência foi respeitado na contabilização das contribuições previdenciárias parte patronal (RPPS e RGPS).	-	Regular
1.2.2	O pagamento das contribuições previdenciárias - parte patronal, referente ao exercício de 2021, foram realizados tempestivamente, de acordo com análise realizada no relatório de pagamentos emitido através do sistema contábil.	-	Regular
1.2.3	Não houve pagamento em atraso das obrigações previdenciárias (parte patronal e parte servidor de acordo com verificação no sistema contábil, portanto não foi necessário a contabilização de juros e multas).	-	Regular
1.2.4	Durante o exercício de 2021 houve a retenção das contribuições previdenciárias da servidora e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência, de acordo com análise realizada no relatório de liquidação e pagamentos emitido através do sistema contábil.	-	Regular
1.2.5	Não existem débitos previdenciários junto ao INSS, conforme informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022, e constatado no sistema contábil do RPPS.	-	Regular
1.2.8	As obrigações previdenciárias parte patronal e parte servidor foram recolhidas tempestivamente, motivo pelo qual não foi necessário a cobranças das mesmas.	-	Regular
1.2.9	De acordo com informações prestadas através do processo nº 0707/2022, no arquivo DEMDAD o valor limite para taxa administrativa a ser utilizado no exercício de 2021 foi de R\$276.200,05. O valor total das Despesas Administrativas durante o exercício de 2021 foi de R\$109.962,11. Estando em conformidade com o limite fixado no art. Art. 1º, da Lei 930/2021.	-	Regular
1.2.10	De acordo com o verificado no Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras, juntamente com os extratos bancários, enviados ao e-mail controladoria@pmdrp.es.gov.br, em 03/03/2022, as disponibilidades financeiras do PREVIDRP foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor.	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

1.2.13	<p>No exercício de 2021 foi recebido pelo PREVIDRP a quantia de R\$ 524.575,36 referente ao Aporte Atuarial, em conformidade com o valor determinado no anexo I, da Lei 924/2020.</p> <p>Em apuração ao Resultado Financeiro de 2021, identificou-se ausência de Equilíbrio Financeiro, decorrente da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, conforme demonstrado abaixo:</p> <table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>3.623.790,79</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>1.553.573,36</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>524.575,36</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>2.564.005,29</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td>(=) Insuficiência Financeira</td><td>(R\$1.018.363,04)</td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário 2021</p> <p>Sendo:</p> <p>Receita Patrimonial = Rendimento Aplicação Financeira</p> <p>Outras Receitas Correntes = Aporte Atuarial</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	3.623.790,79	(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36	(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36	(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29			(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.018.363,04)	<p>A inconsistência detectada requer ação de cobrança do PREVIDRP em relação ao Ente, afim de que seja mantida a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS.</p> <p>Nos exercícios de 2018 e 2019 os diretores presidentes foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (processo 14721/2019-7 e processo 0437/2020-1).</p> <p>A Lei nº 954/2021 “Dispôs sobre o parcelamento de débitos referentes a Aportes Financeiros devidos e não repassados ao RPPS”, referente aos exercícios de 2018 e 2019.</p>	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	3.623.790,79																
(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36																
(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36																
(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29																
(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.018.363,04)																
1.2.14	<table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>3.623.790,79</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>1.553.573,36</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>524.575,36</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>2.564.005,29</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td>(=) Insuficiência Financeira</td><td>(R\$1.018.363,04)</td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro 2021</p> <p>Sendo:</p> <p>Receita Patrimonial = Rendimento Aplicação Financeira</p> <p>Outras Receitas Correntes = Aporte Atuarial</p> <p>No exercício de 2021 verificou-se que as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS não foram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, sendo necessário a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, demonstrando assim a existência de déficit financeiro. Fato este comunicado ao presidente do RPPS durante o exercício de 2021, através dos ofícios 14, 18, 19, 20, 24, 27, 30, 38, 45 e 46/2021 e ao Chefe do Poder Executivo, através do memorando nº 82/2021 – processo 4298/2021.</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	3.623.790,79	(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36	(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36	(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29			(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.018.363,04)	<p>A inconsistência detectada requer ação de cobrança do PREVIDRP em relação ao Ente, afim de que seja mantida a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS.</p> <p>Nos exercícios de 2018 e 2019 os diretores presidentes foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (processo 14721/2019-7 e processo 0437/2020-1).</p> <p>A Lei nº 954/2021 “Dispôs sobre o parcelamento de débitos referentes a Aportes Financeiros devidos e não repassados ao RPPS”, referente aos exercícios de 2018 e 2019.</p>	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	3.623.790,79																
(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36																
(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36																
(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29																
(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.018.363,04)																
1.2.16	<p>O valor do aporte atuarial (R\$524.575,36) foi contabilizado na conta contábil 79900111000– Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.</p> <p>Divergente do que determina o MCASP para o exercício de 2019 em diante - Conta: 7.2.1.8.03.x.x</p>	<p>Comunicação ao Diretor Presidente orientando sobre a obrigatoriedade da utilização do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, vigente para o exercício da execução orçamentária, na contabilização das Receitas e Despesas do RPPS.</p>	A Regularizar														
1.2.17	<p>Verificou-se haver consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro de “Créditos Previdenciários a Receber – Balanço Patrimonial”</p> <p>Créditos Previdenciários do RPPS – Balanço Patrimonial R\$0,00</p> <p>DELQUIT-Declaração de Quitação R\$0,00</p>	-	Regular														



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

1.2.18	Foi declarado no DELQUIT que o RPPS não tinha créditos previdenciários a receber, assim como demonstrado na tabela Excel DEMREC.	-	Regular						
1.3.1	De acordo com informações prestadas através do processo 0707/2022, as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis.	-	Regular						
1.3.2	De acordo com a análise realizada no Termo de Guarda e Responsabilidade do PREVIDRP, através do Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – PREVIDRP, os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização.	-	Regular						
1.3.3	De acordo com análise do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira e dos extratos bancários enviados pelo PREVIDRP no e-mail controladoria@pmdrp.es.gov.br, em 24/02/2022, e arquivo TVDISP enviado no processo nº 0707/2022, todas as contas bancárias pertencentes ao PREVIDRP estão depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	Regular						
1.3.4	De acordo com verificação do Balanço Financeiro, do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira e dos Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no e-mail controladoria@pmdrp.es.gov.br, em 24/02/2022, e no processo nº 0707/2022, as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras.	-	Regular						
1.5.1	Arquivos em desacordo com a IN TCEES 68/2020 <table border="1"><thead><tr><th>Arquivo</th><th>Inconsistência</th></tr></thead><tbody><tr><td>ESTATIS</td><td>Faltou informar o Tipo de Plano, de Massa, Sexo e Valor da Folha Mensal.</td></tr><tr><td>CRONOS</td><td>Através do processo 1420/2022, foi informado pelo PREVIDRP que não foi instituído Ato Normativo para cronograma de pagamento no exercício de 2021.</td></tr></tbody></table>	Arquivo	Inconsistência	ESTATIS	Faltou informar o Tipo de Plano, de Massa, Sexo e Valor da Folha Mensal.	CRONOS	Através do processo 1420/2022, foi informado pelo PREVIDRP que não foi instituído Ato Normativo para cronograma de pagamento no exercício de 2021.	Comunicação ao Diretor Presidente orientando a necessidade de que os arquivos da PCA sejam elaborados de acordo com a IN TCEES vigente para o exercício e que seja editado normativo regulamentando a ordem cronológica dos pagamentos.	A Regularizar
Arquivo	Inconsistência								
ESTATIS	Faltou informar o Tipo de Plano, de Massa, Sexo e Valor da Folha Mensal.								
CRONOS	Através do processo 1420/2022, foi informado pelo PREVIDRP que não foi instituído Ato Normativo para cronograma de pagamento no exercício de 2021.								
2.5.3	As alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária. Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal).	-	Regular						
2.5.4	Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal).	-	Regular						
2.5.7	Confrontando as informações prestadas pelo PREVIDRP e pela Divisão de Recursos Humanos verificou-se que no exercício de 2021 não foi informado ao PREVIDRP a cessão de servidores. Em setembro/2021 houve a troca do servidor responsável pelo setor e de acordo com explicação da Chefe de Divisão de Recursos Humanos, neste exercício de 2022 o RPPS será cientificado, assim como será solicitado a empresa locadora de software que crie relatório adequado para acompanhamento da cessão de servidores.	Comunicação ao Diretor Presidente, para que solicite a Secretaria de Administração e Finanças, através da Divisão de Recursos Humanos, que realize a comunicação da cessão dos servidores efetivos ao PREVIDRP.	A Regularizar						
2.5.8	De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0727/2022, o Ente federativo, através da Divisão de Recursos Humanos, mantém registro individualizado dos segurados, entretanto não atende todas as exigências regulamentadas na Lei 9717/1998 e na Portaria MPS 402/2008.	Comunicação ao Diretor Presidente, informando que o RPPS deve solicitar ao ente que requeira da empresa locadora do software contábil e de pessoal que regularize a referida pendência, para atender a Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18. Lei 9717/1998 Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e	A Regularizar						



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

		<p>atuariais, observados os seguintes critérios: VII - registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;</p> <p>Portaria MPS 402/2008</p> <p>Art. 18. O ente federativo manterá registro individualizado dos segurados do RPPS, que conterá as seguintes informações: I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes; II - matrícula e outros dados funcionais; III - remuneração de contribuição, mês a mês; IV - valores mensais da contribuição do segurado; V - valores mensais da contribuição do ente federativo. Parágrafo único. Ao segurado e, na sua falta, aos dependentes devidamente identificados serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.</p>	
2.5.9	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0727/2022, não é possível disponibilizar ao segurado todas as informações determinadas na Lei 9717/1998, art. 1º, VII, e a Portaria MPS 402/2008, 18, em virtude do déficit do software contábil e de pessoal utilizado.	Comunicação ao Diretor Presidente, informando que o RPPS deve solicitar ao ente que requeira da empresa locadora do software contábil e de pessoal que regularize a referida pendência, para atender a Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18.	A Regularizar
2.5.10	De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022, não existem acordos de parcelamento firmados em relação a débitos previdenciários.	-	Regular
2.5.11	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022, após homologação (registro) do processo de aposentadoria pelo TCEES, os processos são enviados ao RPPS para elaboração de processo e envio a Secretaria de Previdência Social, solicitando a devida compensação previdenciária.	-	Regular
2.5.14	De acordo com o verificado no link do site institucional do município http://www.pmdrp.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/portal-da-transparencia---instituto-de-previdencia---previdrp/6657 e do acompanhamento do processo 4154/2021, a unidade gestora não atende a determinados itens deste ponto de controle. Observou-se também que suas informações contábeis ainda não são lançadas em tempo real, assim como a não realização de itens solicitados no referido processo, tais como: Excluir o "botão" DPIN, visto que a política de investimento 2019, juntamente com as de outros exercícios está inserida no "botão" Política de Investimentos; Atualizar dados informados no "botão" Conselhos; Inserir dados de Licitações do exercício de 2016 até a presente data, caso tenham ocorrido.	Comunicação ao Diretor Presidente orientando a necessidade do atendimento ao disposto na Lei 10887/2004 art. 9º, III. ON MPS SPS 02/2009, art 15, III. ON MPS-SPS 02/2009, art. 21, parágrafo único, afim de se promover a transparência dos atos administrativos.	A Regularizar
2.5.16	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 contendo DAIR – Demonstrativo de Aplicação e Investimento dos Recursos, DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos, DIPR – Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses e o DRAA - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos.	DAIR – Demonstrativo de Aplicação e Investimento dos Recursos, DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos, DIPR – Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses e DRAA – Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos.	Regular
2.5.19	O RPPS realizou cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício. Data Base do Cálculo Atuarial é 31/12/2021.	-	Regular
2.5.20	Através da Lei 924/2020 foi instituído plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial (2020 a 2050).	-	Regular
2.5.22	Na UG Prefeitura a contabilização dos Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial (R\$524.575,36) relativo ao	Comunicação ao Diretor Presidente orientando sobre a obrigatoriedade da	A Regularizar



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

	<p>repassse efetuado pelo município ao RPPS, ocorreu em conformidade ao que determina o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Natureza da Despesa 33919700000.</p> <p>Entretanto, houve divergência na contabilização do repasse do Parcelamento do Déficit Financeiro, referente aos exercícios de 2018 e 2019, ao PREVIDRP (R\$85.823,83), utilizando a mesma conta contábil do Aporte para amortização do Déficit Atuarial.</p> <p>No PREVIDRP o valor do aporte atuarial (R\$524.575,36) foi contabilizado na conta contábil 79900111000– Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS. Divergente do que determina o MCASP para o exercício de 2019 em diante - Conta: 7.2.1.8.03.x.x</p>	<p>utilização do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, vigente para o exercício da execução orçamentária, na contabilização das Receitas e Despesas do RPPS.</p>	
2.5.25	<p>Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022, informando que não foi realizado recadastramento formalmente, entretanto, todas as informações dos aposentados e pensionistas tem sido processadas e atualizadas.</p>	-	A Regularizar
2.5.26	<p>De acordo com informação prestada pela Chefe da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022, foi realizado no exercício de 2020 o Censo Atuarial dos servidores ativos, pensionistas e aposentados, sendo que todas as informações referentes aos servidores foram atualizadas no sistema e na pasta funcional.</p> <p>De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo 0707/2022, no exercício de 2021 não foi realizado censo atuarial formal, entretanto todas as informações dos aposentados e pensionistas tem sido processadas e atualizadas regularmente.</p>	-	Regular
2.5.27	<p>De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022, a definição das hipóteses atuariais é eleita pelo atuário contratado, através da documentação enviada pelo RPPS e pelo Ente Municipal. O RPPS analisa e toma ciência das mesmas ao final do estudo.</p>	-	Regular
2.5.28	<p>Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022, comunicando que as hipóteses foram apresentadas pelo atuário, o RPPS enviou ao Ente Municipal, através do processo nº1335/2022, para apuração, ciência e decisão conjunta.</p>	-	Regular
2.5.31	<p>Houve instituição do comitê através do Decreto nº 3628/2020 e Resolução nº006/2021.</p> <p>Solicitação através o processo 0707/2022.</p>	-	Regular
2.5.32	<p>No exercício de 2021 foram realizadas 2 reuniões (julho e setembro) do Comitê de Investimentos do PREVIDRP, e 1 reunião do Conselho Previdenciário do PREVIDRP para aprovação da Política de Investimentos para o exercício de 2022.</p> <p>O Comitê de Investimento elabora a política de investimento e o Conselho Previdenciário é responsável por sua aprovação.</p> <p>De acordo com o Decreto 3628/2020, art. 6º, I - as reuniões do Comitê de Investimentos deverão ocorrer através de reuniões</p>	<p>Comunicação ao Diretor Presidente, para que se atente ao fato do número reduzido de reuniões do Comitê de Investimentos, em desacordo com o que determina o Decreto 3628/2020, art. 6º: I - as reuniões do Comitê de Investimentos deverão ocorrer através de reuniões ordinária mensal e reuniões extraordinárias, sempre que necessário.</p>	A Regularizar



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

	ordinária mensal e reuniões extraordinárias, sempre que necessário.		
2.5.33	De acordo com documentação enviada no processo 0707/2022, os 3 (três) membros do Comitê de Investimentos, possuem certificação para operar no mercado brasileiro de capitais – CPA 10.	-	Regular
2.5.34	Política de investimento publicada no site institucional do município através do link: https://www.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Politica_de_Investimentos__2021?cdLocal=2&arquivo={2A1EA15C-6BD6-3D2E-24D7-CA4BDAC2DCBB}.pdf	-	Regular
2.5.35	De acordo com análise do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira e dos extratos bancários enviados no e-mail controladoria@pmdrp.es.gov.br , em 24/02/2022, e arquivo TVDISP, enviado no processo nº 0707/2022, todas as contas bancárias pertencentes ao PREVIDRP estão depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	Regular
2.5.38	De acordo com documentação enviada no processo nº 0707/2022, no exercício de 2021 foram enviados ao TCEES 04(quatro) processos de aposentadoria para registro, de acordo com as portarias 32,37, 38 e 39/2021.	-	Regular
2.5.39	De acordo com documentação enviada no processo nº 0707/2022, no exercício de 2021 foram enviados ao TCEES 03(três) processos de pensão para registro Protocolos: 23941/2021-5, 09544/2021-7 e 03939/2021-5.	-	Regular
2.5.45	De acordo com verificação do arquivo DEMDAD o valor limite para taxa administrativa a ser utilizado no exercício foi de R\$276.200,05. O valor total das Despesas Administrativas durante o exercício de 2021 foi de R\$109.962,11. Estando em conformidade com o limite fixado no art. Art. 1º, da Lei 930/2021.	-	Regular

Não foi informada Proposição/Alerta para os itens que se encontram em situação REGULAR.

1.4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro

O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar não Processados	
Balanço Financeiro (a)	4.500,00
Balanço Orçamentário (b)	4.500,00
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário

O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar Processados	
Balanço Financeiro (a)	0,00
Balanço Orçamentário (b)	0,00
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Verificação nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência.

1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário.

Verificação se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”, com base nas informações do Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva do RPPS	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.

1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

Total da Receita Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	3.623.790,97
Balanço Orçamentário (b)	3.623.790,97
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Despesa Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	2.564.005,29
Balanço Orçamentário (b)	2.564.005,29
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)	
Balanço Financeiro (a)	19.787.468,91
Balanço Patrimonial (b)	19.787.468,91
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)	
Balanço Financeiro (a)	18.744.572,63
Balanço Patrimonial (b)	18.744.572,63
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Resultado Patrimonial	
Exercício atual	
DVP (a)	(1.761.739,17)
Balanço Patrimonial (b)	(1.761.739,17)
Divergência (a-b)	0,00
Exercício anterior	
DVP (a)	(3.069.646,47)
Balanço Patrimonial (b)	(3.069.646,47)
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Comparativo dos saldos Devedores e Credores	
Saldos Devedores (a) = I + II	27.299.352,27
Ativo (BALPAT) - I	20.099.081,66
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	7.200.270,61
Saldos Credores (b) = III – IV + V	27.299.532,27
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) - III	20.099.081,66
Resultado Exercício (BALPAT) -IV	(1.761.739,17)
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	5.438.531,44
Divergência (c) = (a) – (b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se consistência na observância ao método das partidas dobradas.

1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada

O valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução da Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	2.564.005,29
Dotação Atualizada (b)	3.100.000,00
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	-535.994,71

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.



2. CONSTATAÇÕES DOCUMENTAÇÃO DA PCA

A documentação necessária para subsídio das análises dos Pontos de Controle foi recebida em 04/03/2022, através da documentação constante no processo nº 1420/2022. Durante as análises foi verificado a ausência de documentos solicitados pela UCCI, assim como de determinadas inconsistências em arquivos, sendo solicitado ao RPPS que procedesse a inclusão da documentação faltante e correção do que se fizesse necessário. O processo teve finalização após conferência final no dia 22/03/2022.

Dos 11 (onze) Pontos de Controle que ficaram “A Regularizar” destacamos a inconsistência dos itens 1.2.13 e 1.2.14, nos quais verificou-se haver a ausência de equilíbrio financeiro do regime previdenciário, assim como de que não foram instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do RPPS, sendo apurado Déficit Financeiro de R\$1.018.363,04 (um milhão, dezoito mil e trezentos e sessenta e três reais e quarto centavos). Importante frisar que durante o exercício de 2021 a análise era realizada através da comparação entre as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS e as despesas previdenciárias pagas, sendo que as receitas não eram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, havendo a necessidade da utilização dos rendimentos de aplicação financeira. Fato este comunicado ao Diretor Presidente do RPPS durante o exercício de 2021, através dos ofícios 14, 18, 19, 20, 24, 27, 30, 38, 45 e 46/2021, e ao Chefe do Poder Executivo, através do memorando nº 82/2021 – processo 4298/2021. Quanto aos achados referentes aos Pontos de Controle que se encontram em situação “A Regularizar”, informamos que as inconsistências estão descritas no item 1.3 – Tabela Constatações e Proposições dos Pontos de Controle acima descrita.

Ressaltamos ainda, que nos exercícios de 2018 e 2019 os diretores presidentes foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (processo 14721/2019-7 e processo 0437/2020-1).

No exercício de 2021 foi promulgada a Lei nº 954/2021 que “Dispõe sobre o parcelamento de débitos referentes a Aportes Financeiros devidos e não repassados ao RPPS”, referente ao período de 2018 e 2019.

O Diretor Presidente será comunicado, através de processo administrativo, sobre as inconsistências detectadas, afim de que sejam promovidas ações para que as mesmas não ocorram no exercício de 2022.

3. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinou-se a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. José Carlos Nunes de Melo, responsável pela Unidade Gestora - RPPS - PREVIDRP no exercício de 2021.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

A Unidade Central de Controle Interno, tendo como base os objetos e os pontos de controle avaliados e acima descritos, elencados nos itens 1.3 (31 em situação "Regular" e 11 em situação "A Regularizar") e 1.4 (11 análises contábeis em Conformidade) desta manifestação, conclui que a referida Prestação de Contas se encontra REGULAR COM RESSALVAS.

Dorcas do Rio Preto/ES, 23 de março de 2022.


Carlos Alberto da Silva Júnior
Controlador Geral Interno
Matrícula 014944
OAB/MG 165.055


Ivana Cecília Lacorda Loreti
Coordenador da Unidade Central de Controle Interno
Matrícula 014957
OAB/MG 203.428


Luciano Terezinha Provani Saldivas
Auditor Público Municipal
Matrícula 012673
CRC-ES 017959/O-2